PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

*Ofº nº 1349/**MAP** – 5 Março 09*

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º 641/X (4ª)

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício nº. 704 de 2 do corrente do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Pel´A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM

Palácio de S. Bento - 1249-068 Lisboa - PORTUGAL * Telef: + 351 21 392 05 00 Fax: + 351 21 392 05 15

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

GABINETE DO MINISTRO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
Entrada N.º 1186
Processo N.º
05/03/2009

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de
Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO	NOSSA REFERÊNCIA	LISBOA
Of. 11299/MAP	28.11.08	Pº 3302/2009-Pasta C Nº 704	– 2 MAR 2009

ASSUNTO: **Pergunta n.º 641/X/ (4ª)**
Extinção do 5.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Lisboa

Em resposta às perguntas remetidas pelo Senhor Deputado João Oliveira importa informar o seguinte:

A criação de novos Tribunais do Trabalho nas comarcas do Distrito Judicial de Lisboa e a consequente diminuição de competência territorial do Tribunal do Trabalho de Lisboa diminuiu em cerca de 32% o número de processos entrados nesse Tribunal.

Acresce que, como é do conhecimento público, o Ministério da Justiça tem procedido a avultados investimentos nos Tribunais do Trabalho, nomeadamente no Tribunal do Trabalho de Lisboa que, desde 2007, tem novas instalações, composta por: 10 salas de audiências, 30 gabinetes para os magistrados, 15 para magistrados do Ministério Público e outros 15 para magistrados judiciais, 5 salas para secções de processos judiciais, 3 Salas para secções de processos do Ministério Público, sala de atendimento, secretaria-geral, 3 salas de exames médicos adaptados às reais necessidades dos doentes, 2 salas para videoconferência, uma sala para advogados, uma biblioteca, uma sala para informática, um sala para arquivistas, arquivo e 52 lugares de estacionamento.

Cumpre ainda igualmente esclarecer que é totalmente falso, conforme se afirma nos pressupostos que fundaram as perguntas formuladas, que o Governo esteja a produzir normas que obriguem aos cidadãos a recorrerem à mediação laboral. A mediação laboral é opcional.

Cumpre sublinhar que a alteração do número de lugares juízes não é limitativo do número de juízes existentes no Tribunal do Trabalho, consequentemente, apesar do número de

AC/HA

juízes previstos para o Tribunal do Trabalho de Lisboa ser de 10 juízes actualmente encontram-se em funções nesse Tribunal 14 juízes, ou seja, sabendo-se que o número de juízes previsto no quadro de 2005 era de 15, ao contrário do que se afirma, há apenas menos 1 juiz.

Ainda assim, sublinha-se que, em 2007, na mesma data, criou-se o 2.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Vila Franca de Xira e que, com entrada em funcionamento do novo mapa judiciário entrarão em funcionamento a 14 de Abril de 2009, mais juízos do trabalho.

Esclarece-se também que, conforme consta do Decreto-Lei n.º 25/2009, que procede à reorganização judiciária das comarcas piloto do mapa judiciário, ao contrário do que veicularam "as supostas notícias" não houve qualquer extinção do 5.º Juízo do Trabalho de Lisboa.

Importa igualmente esclarecer que, ao contrário do que se afirma, a reforma "das leis de organização do sistema de justiça", ou melhor, da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, a comummente designada reforma do mapa judiciário aposta claramente no reforço da jurisdição laboral. Veja-se que de acordo com o Decreto-Lei n.º 25/2009, nas novas comarcas piloto vão funcionar a partir de 14 de Abril novos Juízos do Trabalho. Assim, nestas comarcas onde havia 3 Tribunais do Trabalho passarão a funcionar 4 Juízos do Trabalho em Sintra, Sines, Aveiro e Águeda.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,

(Rui Santos)

AC/HA

Praça do Comércio 1149-019 Lisboa - Portugal Tel.:(351) 21 322 23 00 Fax: (351) 21 346 76 92 Home Page:http://www.mj.gov.pt